

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº:	30.186/23
Rubrica	Fls: 02

**Relatório de Histórico de Andamento de Atividades****PROTOCOLO**

Identificador: 8fb68e29-c647-4029-8161-82d97f280596

Protocolo: Processo Requerimento Nº 030186/2023

Data: 08/11/2023 15:35:49

Origem: MOVE TERRA ALUGUEL DE EQUIP

\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*

Contato: MOVE TERRA ALUGUEL DE EQUIP

\*\*\* contatos indisponíveis \*\*\*

Protocolador: ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA

Assunto: RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS

Detalhamento: RECURSO

**HISTÓRICO DAS ATIVIDADES**

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA 08/11/2023 15:36:03	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

Gerado por: analucia.nfrj@gmail.com

Página 1 de 1

08/11/2023 15:37

## Pregão/Concorrência Eletrônica

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ.

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 183/2023.  
Processo nº 8765/2023

MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, estabelecida na Rua do Recreio, s/n, Córrego Dantas, Nova Friburgo/RJ, CEP: 28.630-000, com endereço eletrônico: move\_terra@yahoo.com.br, inscrita no CNPJ sob nº 02.704.858/0001-62, neste ato representada por seu sócio administrador Sr. Gunther Sinder Rodrigues, portador da cédula de identidade RG nº 22394587 – DIC/RJ, e inscrito no CPF sob o nº 125.385.027-56, por sua advogada que esta subscreve, tempestivamente, vem, com o devido acato, a presença de Vossa Senhoria para apresentar as suas:

#### RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO, COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

contra a decisão que declarou a empresa CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL como Habilitada no certame perante a fase de análise dos documentos de habilitação, aduzindo para tanto o que se segue.

#### I – DAS RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

EMÉRITO JULGADOR,

Permissa vênia, a r. decisão da Ilustríssima COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, que declarou como Habilitada a empresa CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL, ora recorrida, carece que seja revista e reformada, eis que prolatada em desarmonia com a legislação vigente, o Edital e o Termo de Referência em comento, estando a merecer reparos, senão vejamos:

#### II. DO CABIMENTO, DA TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO E DO EFEITO SUSPENSIVO

Tendo em vista a decisão administrativa proferida pela Comissão de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº 183/2023, em razão da segunda fase, verificação dos documentos de habilitação, proferida em 26 de Outubro de 2023, e considerando que a lei estabelece o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, a interposição do presente Recurso Administrativo é tempestiva.

Precipuamente esclarece a Recorrente, que a interposição do presente Recurso Administrativo é o exercício do direito e da garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa, jamais havendo por parte desta empresa o interesse em tentativa de frustrar o procedimento licitatório, ao contrário, o objetivo sempre foi e será de que este ocorra dentro dos ditames legais, sob a égide dos sagrados e basilares princípios da legalidade e da igualdade.

Atende a empresa Recorrente os pressupostos para admissão da inconformidade, uma vez que presentes os requisitos a que alude MARÇAL JUSTEN FILHO, quais sejam os subjetivos, estes consubstanciados no interesse recursal e na legitimidade e os requisitos objetivos, estes aportados na existência do ato administrativo de cunho decisório, tempestividade, forma escrita, fundamentação e o pedido de nova decisão. (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Aide, 4ª ed. p. 501).

Espera que se receba esta peça como efetiva contribuição à legalidade do procedimento.

A necessária atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso administrativo, ainda no que tange às questões procedimentais que envolvem o presente manejo, consoante destacado no preâmbulo deste recurso, desde já, com esteio no Art. 109, §2º, da Lei nº. 8.666/1993, pugna a recorrente pela aplicação do efeito suspensivo à presente peça de recurso, nos estreitos limites legais.

Requer, por conseguinte, seja seu recurso recebido, processado e concedido o efeito suspensivo, e em caso deste Julgador não reconsiderar sua decisão, que seja determinado o encaminhamento do recurso para apreciação do seu Superior Hierárquico, como determina a nossa legislação que regula as licitações públicas.

E não pode deixar passar também que, além da previsão contida art. 109, da Lei 8.666/93, é assegurado a todos os litigantes e em todos os processos administrativos o direito ao recurso, consoante dispõe o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988, veja:

Art. 5º. (...) (...) LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;" (Grifo nosso).

Com efeito, o licitante ou contratado que se sentir lesado por decisão administrativa pode se valer de recurso administrativo lato sensu, utilizando-se de meios de reexame interno em face de ato ou decisão administrativa que lhe tenha sido desfavorável, o qual será julgado pela autoridade hierarquicamente superior àquela prolatora de ato/decisão recorrido (a) pertencente ao mesmo órgão ou entidade.



Ademais, consoante o princípio da autotutela administrativa, a Administração Pública pode rever seus próprios atos, quando ilegais, inconvenientes ou inoportunos. De modo a reforçar esta prerrogativa, o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula nº 473, estabelecendo que:

"Súmula 473: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

E nesse turno, vale lembrar também que a autoridade poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso, uma vez que a r. decisão trará grave consequências à Recorrente.

Por isso, se faz necessário que seja concedido o efeito suspensivo ao presente recurso, nos precisos termos do art. 109, § 2º, da Lei 8.666/93.

O que enseja que a r. decisão está trazendo enormes prejuízos à ora Recorrente, e deverá ser concedida de imediato o efeito suspensivo ao recurso.

### III. DAS RAZÕES PARA REFORMAR A R. DECISÃO

Diante da intenção apresentada seguem as razões, fundamentando todas as alegações feitas, que consubstanciam assim a Habilitação da Recorrida.

Ilustre Senhor julgador, data máxima vênia, a Recorrente passará a demonstrar que a r. decisão ocorreu em um grande equívoco em declarar a empresa Lytoranea como Habilitada, haja vista, o não atendimento a todas as exigências previstas no Edital.

Assim, apresentaremos pontos que levam a fatores que possibilitam a devida Inabilitação da empresa Lytoranea.

#### III.I. – DA INDEVIDA HABILITAÇÃO DA RECORRIDA

Inicialmente, impede informar que a empresa Construtora Lytoranea S.A - Em Recuperação Judicial fora declarada vencedora dos Lotes 01, 02, 09 e 11, e consequentemente habilitada, em razão da Comissão de Licitação ter entendido que a referida empresa cumprira todas as condições previstas no Edital.

Insta salientar, que o Edital em seu item 18.6, prevê que a empresa licitante, deveria apresentar no momento do cadastramento da proposta, Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal CEF.

Ocorre que o Certificado de Regularidade do FGTS apresentado pela empresa Lytoranea está com a validade expirada, haja vista, que o mesmo expirara no ano de 2019, e em razão disto, descumprira uma exigência editalícia.

Noutro ponto, importante ressaltar que conforme consta no Termo de Referência, item 4.1, a empresa que desejasse participar do certame deveria demonstrar, no momento da apresentação da proposta, documentação que comprovasse ser proprietária de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos itens existentes no subitem 2.2.

Continuando, o item 4.1.1, estipulava que a documentação necessária para comprovação da propriedade do veículo, seria a apresentação do CRLV ou nota fiscal dos veículos e máquinas, no entanto, a empresa Lytoranea deixara de apresentar tais documentos, violando assim uma norma editalícia.

E mais, a relação de frota apresentada pela referida empresa, consta com veículos com idade superior a 10 (dez) anos de vida útil, afrontando assim, o que estipula o item 4.1.2 do Termo de Referência em comento.

Importante destacar que o Edital do certame não deixa dúvidas quanto à exigência da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS em plena validade, da comprovação de ser proprietária de pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos veículos por meio da apresentação do CRLV, e ainda que os veículos e máquinas apresentados devessem ser de até de 10 (dez) anos de vida útil, razão por que, não apresentados oportunamente, deveria ocasionar a Inabilitação da empresa Lytoranea.

Frisa-se que o Edital é lei interna que vincula não apenas as empresas licitantes, mas também a própria Administração, e que estabelece regras dirigidas à observância do princípio da igualdade, devendo ambas as partes observar suas disposições. A empresa licitante não logrou êxito na apresentação de todos os documentos exigidos e devidamente mencionados no Edital, razão pela qual deverá ser Inabilitada do Certame.

Nesse sentido, temos os seguintes julgados:

TJ-SP - Apelação/Remessa Necessária: APL XXXXX20218260246 SP XXXXX-19.2021.8.26.0246

Jurisprudência • Acórdão •

APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO – DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA IMPETRANTE SOB A ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS – DOCUMENTO EXIGIDO NO EDITAL – INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO - O edital do certame não deixa dúvidas quanto à exigência do certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), razão por que, não apresentada oportunamente, ocasionou a desclassificação da impetrante – Inabilitação devidamente motivada e que respeitou as regras do edital - Princípio da vinculação ao ato convocatório - Ausente direito líquido e certo - Precedentes - Sentença reformada – Denegação da segurança – Recursos de apelação e reexame necessário providos.

TJ-MG - Apelação Cível: AC XXXXX40006955001 MG  
Jurisprudência • Acórdão •



APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCESSO DE LICITAÇÃO - AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO EXIGIDO PELO EDITAL, A TEMPO E MODO - INABILITAÇÃO DA IMPETRANTE - LEGALIDADE - DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA - MANUTENÇÃO. Não cumprindo a impetrante os requisitos previamente contidos no edital de licitação para fins de habilitação, deixando de apresentar documento nele expressamente exigido no edital no momento próprio, não há que se falar em ilegalidade do ato que a desclassificou do processo licitatório. Não provido.

Processo Nº:	30.126 / 23
Rubrica	Fls: 5

TRF-1 - APELAÇÃO CIVEL: AC XXXXX20174014300

Jurisprudência • Acórdão •

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL. CAPACIDADE TÉCNICA. CONDUTA OMISSIVA. APLICAÇÃO DE PENALIDADE ADMINISTRATIVA. POSSIBILIDADE. SENTENÇA REFORMADA. 1. Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520 /2002, a não apresentação de documento, por parte do licitante vencedor do certame, para fins de se atestar sua capacidade técnica, sujeita o infrator à penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme o caso, pelo prazo de até 05 (cinco) anos. 2. Hipótese em que o licitante juntou a documentação referente a somente um dos dois serviços especificados no edital, caracterizando a conduta omissiva prevista na Lei 10.520 /2002 e no Decreto 5.450 /2005. 3. Correta a aplicação da sanção prevista na legislação, pois caracterizada a conduta omissiva de deixar de entregar documentação exigida pelo edital, levando à desclassificação da autora e o cancelamento do pregão, causando prejuízos à Administração, que teve que iniciar novo processo licitatório. 4. Apelação a que se dá provimento. 5. Ônus sucumbenciais invertidos em desfavor da apelada, arbitrados em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do art. 85, § 8º, do CPC .

TJ-MG - Agravo de Instrumento Cv: AI XXXXX30345660001 MG

Jurisprudência • Acórdão •

MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. MEDIDA LIMINAR INDEFERIDA. DECLASSIFICAÇÃO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. AUSÊNCIA DO FUMUS BONI IURIS. DECISÃO MANTIDA. - Para a concessão de liminar, em Mandado de Segurança, faz-se necessária a presença dos pressupostos previstos no inciso III do artigo 7º, da Lei federal nº 12.016 /09, quais sejam o periculum in mora e o fumus boni iuris, a serem demonstrados, de plano, pelo impetrante, sob pena de seu indeferimento e, por consequência, o desprovimento do recurso de agravo de instrumento que visava à nulidade de processo licitatório, sob a modalidade de pregão presencial. - É considerado o edital a lei do certame, estando a Administração Pública adstrita aos princípios da legalidade, da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.666 /93.

Destaca-se que o Princípio da Vinculação ao Edital é consolidado no Direito pátrio e expressa direitos que são firmados nas relações entre a Administração Pública e as empresas licitantes; logo, se o edital em questão previa a necessidade da apresentação dos Documentos estipulados nos itens 18.6 do Edital e 4.1, 4.1.1 e 4.1.2 do Termo de Referência, deveria a empresa Lytoranea ser declarada INABILITADA.

#### IV. DOS PEDIDOS

DIANTE DO EXPOSTO, requer-se que seja conhecido o presente recurso e, ao final, julgando provido, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, com efeito SUSPENSIVO para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a proponente CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, INABILITADA para prosseguir no pleito, em consonância com os princípios acima, notadamente, por questão de inteira JUSTIÇA, pois como única opção para a Recorrente neste momento para garantir a sua participação em igualdade de condições.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada de isso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Termos pelos quais, aguarda deferimento.

Nova Friburgo/RJ, 31 de Outubro de 2023.

MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA  
CNPJ: 02.704.858/0001-62

Fechar



■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

**CONTRARRAZÃO :**

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ.

Procedimento Licitatório nº 183/2023 – Pregão Eletrônico  
Ref.: Procedimento administrativo nº 8.765/2023

CONSTRUTORA LYTORÂNEA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.792.269/0001-05, sediada na Av. Coletora, s/nº, quadra C, Lote 19, Zona Industrial, Itaguaí/RJ, CEP 23812-035, por seus advogados, vem respeitosamente a Vossa Excelência, na forma do item 21.2, do edital do certame, apresentar

**CONTRARRAZÕES**

ao recurso interposto pela empresa participante do certame MOVE TERRA ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA., ora recorrente, em face da respeitável decisão que declarou a ora recorrida como vencedora dos lotes "1", "2", "9" e "11", especificados no Anexo II, do edital, pelas razões a seguir expendidas.

**I – DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO E SEU EFEITO SUSPENSIVO**

01. Em 31 de outubro de 2023, na forma do item 21.2, do ato convocatório, a ora recorrida tomou ciência da interposição do recurso.

02. Assim sendo, em conformidade com o supracitado item 21.2, do edital, a ora recorrida apresenta suas contrarrazões recursais, dentro de 03 (três) dias úteis a contar da ciência do recurso, encerrando seu prazo, consequentemente, no dia 06 de novembro de 2023, tornando sua resposta tempestiva se apresentada até essa data, o que ocorreu no caso em tela.

**II – SÍNTESE DOS FATOS**

03. Trata-se de procedimento licitatório de Registro de Preços, na modalidade Pregão Eletrônico, nº 183/2023, do tipo menor preço, critério de julgamento por lote, nos termos da Lei nº 10.520/2002, entre outras legislações, possuindo como objeto: "a contratação de empresa especializada para o serviço de aluguel de veículos utilitários, caminhões, máquinas e equipamentos, para atender as necessidades das Secretarias de Infraestrutura e Logística, Obras e Serviços Públicos, bem como as Subprefeituras, pelo período de 12 (doze) meses", (item 2.1, do edital).

04. Em 18 de outubro de 2023, a ora recorrida participou da sessão pública licitatória, tendo se sagrado vencedora dos lotes "1", "2", "9" e "11", compreendendo:

LOTE 01: Item 01 – Caminhão com carroceria fixa, no toco, capacidade de 7,5T, inclusive motorista (12.000 mil horas); Item 02 – Caminhão com carroceria fixa, no toco, capacidade de 7,5T, inclusive motorista (3.600 mil horas);

LOTE 02: Item 03 – Caminhão Basculante do tipo médio-pesado, trcado, capacidade 12,00m³, inclusive motorista e combustível (4.000 horas produtivas); Item 04 – Caminhão Basculante do tipo médio-pesado, trcado, capacidade 12,00m³, inclusive motorista e combustível (1.200 horas produtivas);

LOTE 09: Item 17 – Retroescavadeira/carregadeira, motor diesel em torno de 75cv, capacidade da caçamba de 0,76m³, profundidade de escavação máxima de 4,00m, inclusive operador e combustível (10.000 horas produtivas); Item 18 – Retroescavadeira/carregadeira, motor diesel em torno de 75cv, capacidade da caçamba de 0,76m³, profundidade de escavação máxima de 4,00, inclusive operador e combustível (3.000 horas produtivas).

LOTE 11: Item 21 – Trator de esteiras com motor diesel em torno de 140cv, com lâmina de 2.330kg, inclusive operador (1.500 horas produtivas); Item 22 – Trator de esteiras com motor diesel em torno de 140cv, com lâmina de 2.330kg, inclusive operador (450 horas produtivas).

05. Em prosseguimento, na forma do item 21.1, do edital, declarada vencedora do procedimento licitatório a ora recorrida relativamente aos lotes acima destacados, a ora recorrente, inconformada, interpôs seu recurso, ora contrarrazado, requerendo a desclassificação da ora recorrida pelo suposto não atendimento ao item 18.6, do edital e dos itens 4.1, subitens 4.1.1 e 4.1.2, do Termo de Referência (Anexo I, do ato convocatório) do presente certame.

**III – DAS RAZÕES RECURSAIS APRESENTADAS PELA RECORRENTE**

06. A ora recorrente em suas razões recursais destaca que a ora recorrida teria, fantasiosamente, descumprido três itens editalícios, especificamente o item 18.6, do edital e o item 4.1, (subitens 4.1.1 e 4.1.2, do Termo de Referência, Anexo I), que assim dispõem:

18.6 Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

4.1 A empresa que desejar participar do certame deverá demonstrar, no momento da apresentação da proposta, documentação que comprove ser proprietária de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos itens existentes no



subitem 2.2.

4.1.1 A documentação necessária para a comprovação será: CRLV ou nota fiscal dos veículos e máquinas;

4.1.2 Os veículos utilitário, caminhões, máquinas e equipamentos não poderão ter mais de 10 (dez) anos de vida útil;

07. Data venia as razões recursais apresentadas pela ora recorrente, a decisão de Vossa Senhoria no sentido de declarar como vencedora a ora recorrida não merece qualquer reparo, como abaixo se demonstrará.

#### IV – DAS RAZÕES PARA O DESPROVIMENTO DO RECURSO

08. No que concerne a alegação da ora recorrente de descumprimento do item 18.6, do edital do procedimento, suas razões não merecem prosperar.

09. Alega a ora recorrente que a ora recorrida, na forma do item 18.6, do edital, teria apresentado o Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF expirado, razão pela qual descumpriu o item editalício.

10. De plano, oportuno destacar que a ora recorrida encontra-se em recuperação judicial (processo judicial nº 0010261-54.2017.8.19.0024, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Itaguaí/RJ).

11. Assim sendo, talvez por desconhecimento, a ora recorrente omitiu-se com relação à decisão do Poder Judiciário Fluminense, nos autos do recurso de agravo por instrumento nº 0005229-09.2018.8.19.0000, onde a 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, de forma categórica, assim decidiu (fls. 152/159, da documentação de habilitação da recorrida):

Compulsando os autos, constata-se que o douto Juízo a quo agiu, de maneira equivocada, ao indeferir a tutela provisória requerida pela empresa recorrente, eis que, além da petição inicial ter sido instruída com os documentos necessários ao exame de sua situação patrimonial e financeira deficitária, restou comprovado, ainda, que o seu campo de atuação empresarial é voltado, prioritariamente, à prestação de serviços de infraestrutura junto ao Poder Público, que, pela notoriedade, vem sofrendo com a redução de sua capacidade de investimento, além dos sucessivos atrasos no pagamento dos fornecedores e dos próprios servidores públicos.

Ante o exposto, conheço do recurso de agravo interposto para dar-lhe provimento, a fim de tornar definitiva a liminar concedida e, com isso, dispensar a agravante da obrigação de apresentação das certidões PARA CONTRATAR, manter os contratos em andamento e receber pelos serviços prestados.

12. Ademais, verifica-se da documentação apresentada pela ora recorrida quando de seu credenciamento, a certidão expedida pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, onde de forma clara afirma a dispensa, por parte da recorrida, de apresentar certidões para contratar, manter os contratos em andamento e receber pelos serviços prestados. (fl. 151, da documentação de habilitação da ora recorrida).

13. Como se comprova INEQUIVOCAMENTE por todas as razões acima esposadas, bem como pela robusta documentação constante dos autos desse procedimento licitatório, correta foi a decisão de habilitação da ora recorrida.

14. No que concerne a alegação da ora recorrente de descumprimento do item 4.1, do ato convocatório, merecem destaque todos os atestados de capacidade técnica apresentados pela ora recorrida quando da apresentação de seus documentos habilitatórios no certame em apreço.

15. Às fls. 224/292, da documentação apresentada pela ora recorrida, comprova-se inúmeros atestados de capacidade técnica expedidos por órgãos públicos e municipalidade do Estado do Rio de Janeiro, sendo eles: 1) Instituto Estadual do Ambiente – INEA; 2) Prefeitura Municipal de Itaboraí/RJ; 3) Prefeitura Municipal de Itaguaí/RJ; 3) Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro; 4) Secretaria Municipal de Obras do Rio de Janeiro – SMO; 5) Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades do Rio de Janeiro – Fundação Departamento de Estradas de Rodagem.

16. Ademais, oportuno também ser mencionado, que em cumprimento ao item 20.3, do edital, a ora recorrida à fl. 293, em sua documentação de credenciamento, apresentou declaração de disponibilidade permanente de garagem e oficina adequadamente aparelhada para o atendimento dos serviços de manutenção e circulação da frota.

17. Com relação aos atestados de capacidade técnica apresentados pela ora recorrida, chama-se a atenção, para fins de habilitação referente a participação no lote 02, o atestado expedido pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, comprovando que a ora recorrida, quando da execução do Contrato nº 10/2022 (Serviço de limpeza e desassoreamento de corpos hídricos no Estado do Rio de Janeiro), prestou serviço de caminhão basculante do tipo médio-pesado, trucado, com capacidade de 12,00m³, inclusive motorista, materiais de manutenção e operação (fl. 229, da documentação de habilitação da ora recorrida)

18. Da mesma forma constou do atestado de capacidade técnica emitido pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro (fl. 240, da documentação de habilitação da ora recorrida).

19. Também merece destaque o atestado de capacidade técnica expedido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades do Rio de Janeiro (Certidão nº 36/2023, fls. 265/278, da documentação de habilitação da ora recorrida), onde ao executar a prestação de serviço idêntico ao do presente certame, ou seja, "locação de equipamentos, incluindo manutenção, combustível e operadores na municipalidade de Nova Friburgo/RJ e Petrópolis/RJ", demonstrou categoricamente possuir "caminhão basculante do tipo médio-pesado, trucado, capacidade 12,00m³, inclusive motorista e combustível", nos exatos termos requerido no edital do presente procedimento. (fl. 269, da documentação de habilitação da ora recorrida).



20. De forma idêntica, é o atestado emitido também pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades do Rio de Janeiro constante da certidão nº 37/2023, onde a ora recorrida prestou serviços de locação de equipamentos, incluindo manutenção, combustível e motorista para atendimento à malha rodoviária estadual abrangendo o Município de Mesquita/RJ e o bairro de Campo Grande, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. (fls. 279/292).

21. Ora, diante de todos os atestados de capacidade técnica acima mencionados, salta aos olhos a competência da ora recorrida em se habilitar no presente certame, inclusive destacando que todo o seu maquinário já prestou serviços nessa municipalidade de Nova Friburgo/RJ.

22. No que tange a participação da ora recorrida ao lote 09, com a especificação da utilização de "retroescavadeira/carregadeira, motor diesel em torno de 75cv, capacidade a caçamba de 0,76m³, profundidade de escavação máxima de 4,00m, inclusive operador e combustível", todos os atestados de capacidade técnica acima mencionados comprovam a aptidão da ora recorrida em participar do presente procedimento licitatório, bastante apenas observar a fl. 228 da documentação habilitatória (atestado INEA), fl. 239 (atestado da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro), fl. 249 (atestado da Secretaria Municipal de Obras do Rio de Janeiro), fls. 271 e 285 (atestados da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Cidades do Rio de Janeiro).

23. Com relação aos demais lotes vencidos, da mesma forma, todos os atestados de capacidade técnica juntados ao presente procedimento demonstram a capacidade técnica da ora recorrida.

24. Como se comprova, ao contrário do que tenta fazer crer a ora recorrente, exaustivamente encontra-se comprovado a capacidade técnica da ora recorrida em participar do procedimento licitatório em comento.

25. Em verdade, busca a ora recorrida o exercício de um formalismo exacerbado ao presente procedimento em detrimento da proposta mais vantajosa (economicidade) em prol a Administração Pública.

26. O excesso de formalismo, como o que busca a ora recorrente, assim como o formalismo moderado, não são temas novos no mundo jurídico. A perspectiva tomada em referência ao procedimento administrativo de licitações vem se modernizando, e os entendimentos jurídicos acerca do tema têm direcionado o agente público a observar a licitação não apenas como um mero instrumento de formalidade com o fim objetivo de aquisição de produtos ou serviços, mas sim, como uma política pública direcionada ao desenvolvimento sustentável e alcance do bem maior.

27. O formalismo moderado pode-se traduzir na análise do objeto do documento em detrimento à forma como é apresentado, ou seja, o crivo exarado deve levar em consideração se o documento em análise é capaz de atender ao objetivo que lhe é proposto.

28. No mesmo sentido, já decidiu o Tribunal de Contas da União:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (TCU, Acórdão nº 357/2015 – Plenário, julgado em 04.03.2015)

Enunciado: Constitui-se excesso de rigor a desclassificação de licitantes por conta de erro formal na apresentação da proposta e da documentação exigida. (...)

tornar nulos os atos administrativos que inabilitaram as empresas concorrentes no âmbito do Pregão Eletrônico nº 26/2010, bem como todos os atos deles decorrentes, os quais desclassificaram suas propostas, bem como os que homologaram o certame e adjudicaram o objeto, retornando a avença à fase de habilitação. (TCU, Acórdão nº 1924/2011 – Plenário, julgado em 27.07.2011.)

29. Com o mesmo raciocínio, já decidiu o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro:

Nesta toada, possuindo os documentos habilitatórios do certame natureza declaratória, que apenas atestam fatos ocorridos, não se pode inviabilizar a correção de defeitos naquela documentação, sob pena de vilipendiar-se os princípios da competitividade e, principalmente, do interesse público, que regem os processos licitatórios.

No caso em apreço, aplicação irrestrita do formalismo operará contra a obtenção da melhor proposta e do alcance do interesse público, sendo apropriado ponderar a aplicação salutar de sua flexibilização. (TJRJ, Órgão Especial, Mandado de Segurança nº 0003788-51.2022.8.19.0000, Rel. Des. Suelly Lopes Magalhães, DJe em 14.09.2022.)

30. Destarte, a Administração Pública tem o poder/dever de provocar a realização de diligências para sanar quaisquer obscuridades que sobrevenham, na forma, in casu, do item 28.5, do ato convocatório do presente certame.

31. No caso em debate, nenhuma diligência foi requerida por Vossa Senhoria à ora recorrida, fato esse que comprova mais uma vez a correta decisão de sua habilitação no procedimento.

32. Questão salutar a ser observada é que o excesso de formalismo pode muitas vezes ser encarado como dano ao erário, acarretando responsabilidade ao agente autor da decisão. Em outros casos provoca a nulidade dos atos fazendo retornar às fases anteriores.



Processo Nº:	30.186 / 23
Assinatura	g
Fls:	2

V - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, requer a Vossa Senhoria que seja o recurso interposto pela ora recorrente desprovido, mantendo-se a decisão que declarou vencedora do certame a ora recorrida tal como foi lançada.

Nesses termos,  
pede deferimento.

Nova Friburgo, 06 de novembro de 2023.

Giorgio Pierson Oliboni  
OAB/RJ 151.970

Alexandre Bordallo  
OAB/RJ 116.336

Fechar



Comissão de Pregão II

Nova Friburgo, 28 de novembro de 2023

À Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística

**Assunto: Recurso Administrativo Pregão Eletrônico nº 231/2023.**

**OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o serviço de aluguel de veículos utilitários, caminhões, máquinas e equipamentos, para atender as necessidades das secretarias de infraestrutura e logística, obras e serviços públicos, bem como as subprefeituras, pelo período de 12 (doze) meses.

**RECORRENTES:**

1. EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA
2. MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA
3. DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA

**RECORRIDO: PREGOEIRO**

Tratam-se de **RECURSOS ADMINISTRATIVOS** interpostos pelas empresas, **EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA; MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA; DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA**, por meio de seus representantes legais, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de



Comissão de Pregão II

ato administrativo praticado pelo **PREGOEIRO** da Comissão de Pregão II, no Edital do **Pregão Eletrônico n.º 183/2023**.

Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

**I. DAS PRELIMINARES**

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências, tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados aos Processos de recurso.

**II. DOS FATOS**

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 161/2023 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 18 de outubro de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 01/01/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 8.765/2023, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00183/2023. Modo de disputa: Aberto/Fechado. objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o serviço de aluguel





Comissão de Pregão II

de veículos utilitários, caminhões, máquinas e equipamentos, para atender as necessidades das Secretarias de Infraestrutura e Logística, Obras e Serviços públicos, bem como as Subprefeituras, pelo período de 12 (doze) meses. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Após o Julgamento das Propostas e Habilitação sagraram-se vencedoras do certame as empresas:

GRUPO 01	CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
GRUPO 02	CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
GRUPO 03	MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA
GRUPO 04	JX CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 05	MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA
GRUPO 06	DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 07	DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 08	JX CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 09	CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
GRUPO 10	MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE

Comissão de Pregão II

	TERRAPLANAGEM LTDA
GRUPO 11	CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL
GRUPO 12	JX CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 13	JX CONSTRUTORA LTDA
GRUPO 14	MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA
GRUPO 15	MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA

Às 14:48 do dia 26/10/2023 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 21.1 do Edital nº 183/2023;

Foram registradas dezessete intenções de recurso, as quais foram aceitas pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

A empresa: **EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA**, apresentou o recurso para os grupos: 01, 02, 03, 04, 05, 08, 10, 11 e 14 em 31/10/2023;

A empresa: **MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA**, apresentou o recurso para os grupos: 01, 08, 09, 11 e 13 em 31/10/2023;



Comissão de Pregão II

A empresa: **DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA**, apresentou o recurso para os grupos: 02, 07 e 09 em 31/10/2023;

A empresa: **MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA**, apresentou contrarrazões para os grupos 01, 03, 04, 05, 08, 10, 11 e 14 recursos em 06/11/2023;

A empresa: **CONSTRUTORA LYTORANEA S A - EM RECUPERACAO JUDICIAL**, apresentou contrarrazões para os grupos 01, 02, 09 e 11 recursos em 06/11/2023;

A empresa: **JX CONSTRUTORA LTDA**, apresentou contrarrazões para os grupos 04, 08 e 13 recursos em 06/11/2023;

### III. DAS ALEGAÇÕES DAS RECORRENTES

Alega, em síntese, a recorrente **EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA**, contra a decisão que a INABILITOU, que:

A recorrente sucintamente alega que, *está acobertada pelo art. 43, §1º da LC 123/2006, tendo em vista que afirma ter declarado enquadramento como Empresa de Pequeno Porte no sistema para participação no pregão, tendo sido inabilitada sem a concessão do prazo previsto na lei para regularização da Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) da CND, pelo pregoeiro; alega que está apta quanto a qualificação econômico-financeira comprovada com a apresentação do Capital Social e Patrimônio Líquido superior a 10% do valor estimado da contratação em atendimento ao item 1.5.1 do edital, não obstante ter apresentados índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) inferiores a 1; alega que o fato de ter apresentado declaração formal para cumprir o*

Comissão de Pregão II

*requisito do item 20.2 é suficiente não sendo necessária a declaração para todos os veículos mencionados no lote 4. ; alega que quanto ao item 20.3, disponibilidade permanente de garagem e oficina adequadamente aparelhada, apresentou declaração formal quanto a exigência contida no item do edital em seu arquivo nomeado como “DECLARAÇÕES.pdf”.*

Requer a recorrente: *“Diante de todo o exposto, requer SEJA DEFERIDO O RECURSO ADMINISTRATIVO ora apresentado, que a Comissão HABILITE a empresa licitante EFATA COMERCIO & SERVICOS EIRELI, uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital, em razão da sua inabilitação, com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação”.*

Alega, em síntese, a recorrente MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, contra a decisão que declarou HABILITADA a empresa CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL, que:

A recorrente sucintamente alega que, o *Certificado de Regularidade do FGTS apresentado pela empresa recorrida está com a validade expirada no ano de 2019; alega que a recorrida não atendeu as normas editalícias do item 4.1, do TR, ao não comprovar propriedade de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do itens nem apresentar a documentação exigida no item 4.1.1 do TR, qual seja, CRLV ou NF dos veículos e máquinas; alega que a frota apresentada pela empresa possui veículos com idade superior a 10 (dez) anos não atendendo ao item 4.1.2 do TR;*

Requer a recorrente: *“que seja conhecido o presente recurso e, ao final, julgando provido, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, com efeito SUSPENSIVO para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a proponente Construtora Lytoranea S.A - Em Recuperação Judicial, Inabilitada para prosseguir no pleito, em consonância com os princípios acima, notadamente, por questão de inteira JUSTIÇA, pois como única opção para a*





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 30.586/23

RUBRICA: 8 FOLHA: 16

Comissão de Pregão II

***Recorrente neste momento para garantir a sua participação em igualdade de condições."***

Alega, em síntese, a recorrente **DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA**, contra a decisão que declarou HABILITADA a empresa **CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL**, que:

A recorrente sucintamente alega que, ***a recorrida não apresentou NF dos veículos e máquinas conforme comando do item 4.1.1 do TR; alega que a recorrida não poderia participar do processo licitatório por se encontrar em situação de Recuperação Judicial conforme item 6.1 do TR;***

Requer a recorrente: ***"...provimento ao recurso ora ofertado, para desclassificar a Construtora Lytorânea S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 07.792.269/0001-05, por deixar de atender os itens "4.1" e "6.1" do Termo de Referência para Serviços."***

Alega, em síntese, a recorrente **MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA**, contra a decisão que declarou HABILITADA a empresa **JX CONSTRUTORA LTDA**, que:

A recorrente sucintamente alega que, ***a recorrida não apresentou declaração exigida no item 20.26 do edital, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, alega que a recorrida não atendeu as normas editalícias do item 4.1, do TR, ao não comprovar propriedade de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do itens nem apresentar a documentação exigida no item 4.1.1 do TR, qual seja, CRLV ou NF dos veículos e máquinas;***

Requer a recorrente: ***"seja conhecido o presente recurso e, ao final, julgando provido, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, com efeito SUSPENSIVO para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a proponente JX CONSTRUTORA LTDA para prosseguir no pleito, em***



Comissão de Pregão II

***consonância com os princípios acima, notadamente, por questão de inteira JUSTIÇA, pois como única opção para a Recorrente neste momento para garantir a sua participação em igualdade de condições..”***

**IV. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES**

As contrarrazões estão dispostas nos respectivos Processos administrativos de recurso.

**V. DA ANÁLISE DO MÉRITO**

Quanto a alegação da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA que ***“está acobertada pelo art. 43, §1º da LC 123/2006, tendo em vista que afirma ter declarado enquadramento como Empresa de Pequeno Porte no sistema para participação no pregão, tendo sido inabilitada sem a concessão do prazo previsto na lei para regularização da Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) da CND, pelo pregoeiro;***

O Edital do Pregão Eletrônico nº 183/2023 em traz que:

[...]

10.7 - No momento de inserção da proposta, ***a licitante deverá registrar correlatamente as seguintes situações(grifei)***

10.8 - ***Declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas, ostentando os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.(grifei)***

10.12 - ***A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento***





Comissão de Pregão II

***como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital. (grifei)***

Ocorre que em análise a habilitação da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA, verificamos que a mesma registrou no sistema a situação de Empresa de Pequeno Porte - EPP, deixando, no entanto, de assinalar no documento referente a Declaração Unificada – Anexo IV, tal condição, conforme arquivo, em anexo ao sistema, denominado “DECLARAÇÕES.pdf” e aos autos do processo licitatório,

O direito de pleitear os benefícios dados pela Lei 123/2026, foi analisado na ocasião do certame, considerando um eventual equívoco por parte da empresa recorrente ao registrar o campo no sistema, uma vez que no documento declaratório (ANEXO IV) a recorrente não consignou tal condição. Foi realizada ainda a análise do balanço financeiro enviado pela empresa onde verificamos uma Receita Bruta Declarada no ano calendário de 2002 no montante de R\$ R\$ 14.024.837,40 (quatorze milhões, vinte e quatro mil, oitocentos e trinta e sete reais e quarenta centavos), muito superior ao limite legal previsto de R\$ 4.800.00,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), corroborando para a hipótese de eventual erro material.

Quando do julgamento da habilitação, foi verificado, por este pregoeiro, se a mesma não incorreu em nenhum benefício de forma automática pelo sistema, fato que não ocorreu, presumindo-se que a empresa não haveria agido de má fé /dolo ao registrar no sistema que ostentava tal condição de EPP.

Desta forma, em atendimento ao princípio da vinculação ao edital, não foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, previsto no Art. 43, §1º da LC 123/2006, para que a empresa regularizasse o referido documento.

Importante destacar que em atendimento ao edital e ao Decreto Federal 10.024/2019, este pregoeiro promoveu diligência junto ao SICAF e ao site oficial emissor de certidão, não logrando êxito em obter a referida certidão.



Comissão de Pregão II

No entanto, conforme teor da peça recursal encaminhada pela recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA verifica-se que a empresa invocou os benefícios da Lei da ME/EPP, afirmando sua condição de EPP, mesmo sem ostentar tal condição conforme comprovam os documentos juntados ao sistema.

Tal conduta da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA, ao convocar os benefícios do Art; 43, §1º da LC 123/2006, em sede recursal, mesmo sem ostentar os direitos por ter ultrapassado o limite legal previsto no ano-calendário de receita bruta superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), se enquadra, s.m.j., como "declaração falsa", prevista no item 10.12 do edital, sendo considerado comportamento inidôneo nos termos dos subitens 24.1.1 e 24.2 do instrumento convocatório, sendo passível da aplicação da penalidade prevista, qual seja, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública conforme subitem 24.3.4 do edital.

Pelos motivos acima expostos entendo não proceder as alegações da recorrente quanto a este ponto.

Quanto a alegação da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA que ***está apta quanto a qualificação econômico-financeira comprovada com a apresentação do Capital Social e Patrimônio Líquido superior a 10% do valor estimado da contratação em atendimento ao item 1.5.1 do edital, não obstante ter apresentados índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) inferiores a 1;***





Comissão de Pregão II

Consigna o edital que:

*19.5.1 - As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, **a critério da autoridade competente**, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.*

Em análise aos índices calculados, apresentado pela recorrente, verificamos que a mesma apresentou Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC) igual a 0,2294, não atendendo ao subitem 19.5 do edital quanto a este ponto

Esclareço que o fato de haver previsão no edital quanto à possibilidade prevista no subitem 19.5.1 do edital, não gera direito subjetivo do licitante a tal comprovação. Dada a sensibilidade e vulto do serviço ora pretendido entendeu a Autoridade Competente, responsável pela gestão e abertura do processo licitatório, pela aceitação da qualificação econômico-financeira exigida no item 19.2, apenas através da comprovação da situação financeira baseada na análise dos índices de , Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), tendo o julgamento, quanto a este ponto, realizado de forma isonômica para todas as licitantes, não assistindo, razão a recorrente.

**Quanto a alegação da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA que o fato de ter apresentado declaração formal para cumprir o requisito do item 20.2 é suficiente não sendo necessária a declaração para todos os veículos mencionados no lote 4.**

O Parágrafo 6 do Artigo 30 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assim dispõe:



Comissão de Pregão II

*Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a **apresentação de relação explícita e da declaração formal** da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia. (grifei)*

Sobre o mesmo tema, o edital do pregão eletrônico 183/2023 traz a seguinte redação:

*20.2- Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços objeto da presente licitação, instruindo-a com rol que os discrimine, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações:*

*Placa, marca, modelo e ano de fabricação;*

No caso em tela o edital é claro quando a apresentação de declaração formal com a relação explícita de disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, inclusive com as informações referentes à placa, marca, modelo e ano de fabricação. Em declaração apresentada pela recorrente não foi identificado o veículo CARRETA PARA TRANSPORTE PESADO, CAPACIDADE PARA CARGA UTIL DE 30T, INCLUSIVE MOTORISTA E COMBUSTÍVEL, destinados ao atendimento do grupo 04.

**Quanto a alegação da recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA que, quanto ao item 20.3, disponibilidade permanente de garagem e oficina**



Comissão de Pregão II

***adequadamente aparelhada, apresentou declaração formal quanto a exigência contida no item do edital em seu arquivo nomeado como "DECLARAÇÕES.pdf".***

Em nova análise aos documentos apresentados pela empresa verificamos que a mesma de fato declarou junto ao documento de Declaração Unificada – Anexo IV, a disponibilidade permanente de garagem e oficina adequadamente aparelhada, assistindo razão a recorrente.

**Quanto a alegação da recorrente MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA que, o Certificado de Regularidade do FGTS apresentado pela empresa CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL está com a validade expirada no ano de 2019;**

Em análise aos documentos de licitação verificamos que a empresa recorrida se encontra em situação de Recuperação Judicial.

Em Súmula, sobre o tema, o egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) assim deliberou:

*Súmula nº 12 A participação de sociedades empresárias em recuperação judicial ou extrajudicial em procedimentos licitatórios deve ser permitida, em observância ao princípio da preservação da empresa, **desde que haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.** (grifei)*

Sobre o tema o edital do Pregão Eletrônico nº 183/2023 traz que:

Av. Alberto Braune, nº 224 – 2º Andar / Sala 212 – Centro – Nova Friburgo – RJ  
e-mail: [pregaoletronico.friburgo@gmail.com](mailto:pregaoletronico.friburgo@gmail.com) – Telefone: (22) 2523-1113



Comissão de Pregão II

**8. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

[...]

8.1.3 - *Sociedades empresárias que estiverem em concordata, em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial.*

8.1.3.1 - **Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira. (grifei)**

A empresa recorrida demonstrou através dos documentos juntados aos autos do processo licitatório e enviados através do sistema compras.gov.br, disponível a todos os interessados, as devidas certidões e cópias do processo judicial com a devida aprovação do plano de recuperação judicial, a empresa apresentou ainda Certidão do TJ-RJ, Processo 0010261-54.2017.8.19, **que vigora a determinação a dispensa da autora da obrigação de apresentar certidões para contratar, manter os contratos em andamento e receber pelos serviços prestados. (grifei)**

Além disso a empresa comprovou possuir qualificação econômico-financeira compatível com o objeto da contratação, através do balanço patrimonial apresentado juntamente com os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um).

Peço expos a resta comprovado que **não assisti razão à recorrente em suas alegações, quanto a este ponto.**



Comissão de Pregão II

Quanto a alegação da recorrente MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA que, *“a recorrida CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL não atendeu as normas editalícias do item 4.1, do TR, ao não comprovar propriedade de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do itens nem apresentar a documentação exigida no item 4.1.1 do TR, qual seja, CRLV ou NF dos veículos e máquinas;”*

A Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 dispõe que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

Em atenção ao dispositivo legal a exigência disposta nos itens 4.1 e 4.1.1 do Termo de Referência foram adequadas ao mandamento legal através do disposto no item 20.2, com a exigência de Declaração Formal, visto que a exigência de apresentação de CRLV ou NF dos veículos e máquinas, poderia, s.m.j. ensejar em uma presunção de requisito de “propriedade prévia”, expressamente vetada pela Lei Geral de Licitações.

## 20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

[...]

20.2 - Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, objeto da



Comissão de Pregão II

*presente licitação, instruindo-a com rol que os discrimine, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações:*

- *Placa, marca, modelo e ano de fabricação;*

Em análise aos documentos de habilitação da empresa recorrida, a mesma comprovou através da declaração formal a disponibilidade de pelo menos 50% da frota requerida para a prestação do serviço, **não assistindo razão a recorrente quando a este ponto.**

**Quanto a alegação da recorrente MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA que “a frota apresentada pela empresa CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL possui veículos com idade superior a 10 (dez) anos não atendendo ao item 4.1.2 do TR; “**

Em análise a declaração formal apresentada pela empresa recorrida, exigida no item 20.2 do edital, de fato possuem veículos com idade acima de 10 (dez) anos. No entanto os veículos e máquinas apresentados dentro da “vida útil” exigida pelo item 4.1.2 do Termo de Referência são suficientes para o atendimento quanto a disponibilidade de pelo menos 50% da frota requerida para a prestação do serviço. Acrescentamos ainda que quando da efetiva contratação a contratada poderá ainda substituir em parte ou integralmente os veículos constantes da declaração, desde que dentro das exigências editalícias, para a adequada execução dos serviços, não assistindo razão a recorrente quando a este ponto.

**Quanto a alegação da recorrente DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA que, “a recorrida CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL não apresentou NF dos veículos e máquinas conforme comando do item 4.1.1 do TR;**





Comissão de Pregão II

A Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 dispõe que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

Em atenção ao dispositivo legal a exigência disposta nos itens 4.1 e 4.1.1 do Termo de Referência foram adequadas ao mandamento legal através do disposto no item 20.2, com a exigência de Declaração Formal, visto que a exigência de apresentação de CRLV ou NF dos veículos e máquinas, poderia, s.m.j. ensejar em uma presunção de requisito de "propriedade prévia", expressamente vetada pela Lei Geral de Licitações.

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

[...]

20.2 - Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, objeto da presente licitação, instruindo-a com rol que os discrimine, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações:

- Placa, marca, modelo e ano de fabricação;

Em análise aos documentos de habilitação da empresa recorrida, a mesma comprovou através da declaração formal a disponibilidade de pelo menos 50% da frota



Comissão de Pregão II

requerida para a prestação do serviço, **não assistindo razão a recorrente quando a este ponto.**

Quanto a alegação da recorrente DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA que, *“a recorrida CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL não poderia participar do processo licitatório por se encontrar em situação de Recuperação Judicial conforme item 6.1 do TR;*

Em análise aos documentos de licitação verificamos que a empresa recorrida se encontra em situação de Recuperação Judicial.

Em Súmula, sobre o tema, o egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) assim deliberou:

*Súmula nº 12 A participação de sociedades empresárias em recuperação judicial ou extrajudicial em procedimentos licitatórios deve ser permitida, em observância ao princípio da preservação da empresa, **desde que haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.** (grifei)*

Sobre o tema o edital do Pregão Eletrônico nº 183/2023 traz que:

**8. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

[...]



Comissão de Pregão II

8.1.3 - *Sociedades empresárias que estiverem em concordata, em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial.*

8.1.3.1 - **Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente**, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os **demais requisitos para habilitação econômico-financeira. (grifei)**

A empresa recorrida demonstrou através dos documentos juntados aos autos do processo licitatório e enviados através do sistema compras.gov.br, disponível a todos os interessados, as devidas certidões e cópias do processo judicial com a devida aprovação do plano de recuperação judicial, a empresa apresentou ainda Certidão do TJ-RJ, Processo 0010261-54.2017.8.19, **que vigora a determinação a dispensa da autora da obrigação de apresentar certidões para contratar, manter os contratos em andamento e receber pelos serviços prestados. (grifei)**

Além disso a empresa comprovou possuir qualificação econômico-financeira compatível com o objeto da contratação, através do balanço patrimonial apresentado juntamente com os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um).

Peço expor a resta comprovado que **não assisti razão à recorrente em suas alegações, quanto a este ponto.**

**Quanto a alegação da recorrente D MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA que, a recorrida JX CONSTRUTORA**

Comissão de Pregão II

**LTDA “não apresentou declaração exigida no item 20.26 do edital, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, não atendeu as normas editalícias do item 4.1, do TR, ao não comprovar propriedade de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do itens nem apresentar a documentação exigida no item 4.1.1 do TR, qual seja, CRLV ou NF dos veículos e máquinas”;**

A Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 dispõe que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

Em atenção ao dispositivo legal a exigência disposta nos itens 4.1 e 4.1.1 do Termo de Referência foram adequadas ao mandamento legal através do disposto no item 20.2, com a exigência de Declaração Formal, visto que a exigência de apresentação de CRLV ou NF dos veículos e máquinas, poderia, s.m.j. ensejar em uma presunção de requisito de “propriedade prévia”, expressamente vetada pela Lei Geral de Licitações.

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

[...]

*20.2 - Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, objeto da presente licitação, instruindo-a com rol que os discrimine, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações:*





Comissão de Pregão II

- *Placa, marca, modelo e ano de fabricação;*

Em análise aos documentos de habilitação da empresa recorrida, a mesma apresentou declaração formal de disponibilidade dos veículos sem, no entanto, instruí-la com o rol que os discriminasse assistindo razão parcial a recorrente quando a este ponto.

***JX CONSTRUTORA LTDA., localizada na Estrada Pirai Passa Três, nº 6497, Vale Verde, Pirai/RJ - CEP: 27.175-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 20.488.242/0001-83, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, declara, sob as penas da lei:***

***“possuir condições e capacidade para mobilizar, em tempo hábil, e pelo prazo requerido, todos os equipamentos, veículos utilitários, caminhões, máquinas, instalações, materiais e mão de obra necessários para a execução dos serviços do objeto licitado.”***

**VI. MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO**

Considerando que as exigências/condições estabelecidas no instrumento convocatório estão dispostas no Termo de Referência, encaminho o presente processo, na forma que dispõe o **item 28.5 do edital do Pregão Eletrônico nº 183/2023**, com as razões das recorrentes para pronunciamento junto ao setor requisitante do objeto licitado, conforme Processos Administrativos de Impugnação nº 30.177/2023, 30.180/2023, 30.182/2023 e 30.186/2023.,

Após, solicito que os autos sejam encaminhados à Procuradoria Geral do Município para análise os aspectos jurídicos recorridos, sobretudo quanto ao suposto



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

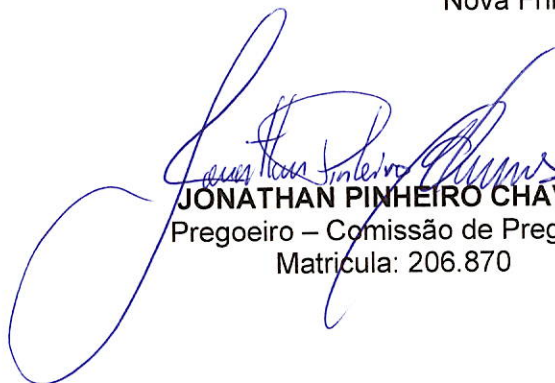
PROCESSO Nº: 30.186/23

RUBRICA: 8 FOLHA: 31

## Comissão de Pregão II

"comportamento inidôneo", pela recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA, ao invocar o tratamento diferenciado que trata a LC 123/20206, mesmo sem ostentar tal condição e quanto a ilegalidade suscitada em sede de contrarrazão pela recorrida JX CONSTRUTORA LTDA para a exigência disposta no item 20.2 do edital e itens 4.1 e 4.1.1 do Termo de Referência a fim de subsidiar a decisão ante impugnação interposta.

Nova Friburgo, 28 de novembro de 2023.

  
**JONATHAN PINHEIRO CHAVES**  
Pregoeiro – Comissão de Pregão II  
Matrícula: 206.870